

## **ANEXO 12.**

### **TEATRO E CINEMA**

#### **PROPOSTA.**

Modernização dos usos nas salas de teatro implantadas nos centros comerciais e shopping centers, nos termos da Lei 11.119 de 1991 e Lei 11.536 de 1994 (“Lei do Teatro”), revogadas pela Lei 16.402, de 2016, para o fim de sua adequação aos atuais hábitos de entretenimento e cultura nos centros urbanos.

#### **JUSTIFICATIVA.**

As áreas originalmente destinadas a teatro, implantadas por exigência da Lei de Teatro, tem apresentado progressiva ociosidade ao longo do tempo. Esse fenômeno pode ser explicado a partir das seguintes observações:

- A sociedade passou por grande transformação nas últimas décadas, inclusive em relação aos seus hábitos de entretenimento e de consumo de cultura, quadro esse potencializado pela evolução de novas tecnologias digitais;
- A grande dificuldade para viabilizar financeiramente os espetáculos num cenário de redução de público nas peças teatrais;
- O agravamento de cenário provocado pelos novos parâmetros e limitação de captação, via lei de incentivo à cultura (“Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991”), definidos pelo Governo Federal, conforme Instrução Normativa nº 1 de 04 de fevereiro de 2022, da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo (“IN SECULT 01/22”).

Ante esse quadro, é necessária a modernização dos usos admitidos nas salas de teatro, adequando-os aos atuais hábitos de entretenimento e cultura nos centros urbanos.

### **TEMÁTICA NA REVISÃO DO PDE: INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA**

## **Proposta de alteração legislativa:**

Lei Municipal 16.050/14 (moderniza usos nas salas de teatro).

*Art. (...) As áreas de teatro implantadas nos centros comerciais e shopping centers, nos termos da Lei 11.119 de 1991, Lei 13.703 de 2003 e Lei 11.536 de 1994, revogadas pela Lei 16.402, de 2016, poderão ser objeto de reforma, regularização ou requalificação para instalação de usos enquadrados na categoria serviços de lazer, cultura e esportes, mantido seu tratamento como não computáveis.*

*§1º. Para a instalação dos demais usos, o pedido de reforma, regularização ou requalificação, assim como já definido em regulamento, deverá prever a transformação das áreas originalmente destinadas à implantação de teatro e cinema em computáveis, sendo aplicável o regime geral de outorga onerosa, para acesso ao coeficiente de aproveitamento acima do básico.*

*§2º. A hipótese do §1º será aplicável mesmo que haja agravamento do coeficiente de aproveitamento máximo previsto para zona, inclusive nos perímetros de abrangência das operações urbanas consorciadas, não incidindo, para tal finalidade, o previsto no art. 140, deste Plano Diretor Estratégico.*